

EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL, S.A.
ASSEMBLEIA GERAL ANUAL
5 de Abril de 2018

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO RELATIVA AO PONTO 9 DA ORDEM DE TRABALHOS

Eleição dos membros da Mesa da Assembleia Geral para o triénio 2018-2020

Considerando que:

- a) O artigo 12.º dos Estatutos da EDP – Energias de Portugal, S.A. (EDP) estabelece que a mesa da assembleia é constituída por um presidente e um vice-presidente, eleitos pela Assembleia Geral, e pelo secretário da sociedade.
- b) O mandato dos actuais membros da Mesa da Assembleia Geral, designados pela Assembleia Geral de Accionistas da EDP para o triénio 2015-2017, terminou no dia 31 de Dezembro de 2017.

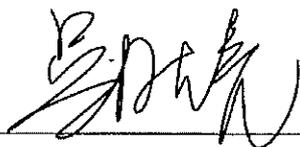
Propõe-se que os Senhores Accionistas aprovem:

A eleição das pessoas seguidamente indicadas enquanto membros da Mesa da Assembleia Geral para exercerem funções no mandato do triénio 2018-2020:

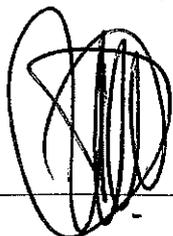
- António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino (Presidente)
- Rui Pedro Costa Melo Medeiros (Vice-presidente)
- Secretário da Sociedade (a designar pelo Conselho de Administração Executivo).

Lisboa, 8 de Janeiro de 2018

Os Accionistas



China Three Gorges (Europe) S.A.



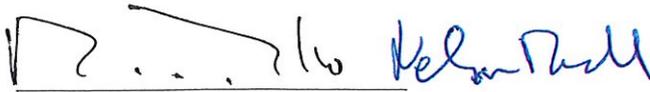
Oppidum Capital S.L.

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO RELATIVA AO PONTO 9 DA ORDEM DE TRABALHOS

Eleição dos membros da Mesa da Assembleia Geral para o triénio 2015-2017.



Senhora, BV



Fundo de Pensões do Grupo Millennium BCP

Sonatrach



E. OUNOUGHI

António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino

Nascido em Lisboa, em 1957. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1981. Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1986. Inscrito na Ordem dos Advogados desde 1982. Assistente da Faculdade de Direito de Lisboa desde 1982. Professor Convidado da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa entre 2008 e 2010. Deputado à Assembleia da República entre 1980 e 2006. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (1983-1985). Secretário Adjunto do Governo de Macau (1986-1987). Juiz do Tribunal Constitucional (1989-1994). Deputado ao Parlamento Europeu (1994-1995). Ministro da Presidência e da Defesa Nacional (1995-1997). Comissário Europeu para a Justiça e os Assuntos Internos (1999-2004). Vogal não-executivo do Conselho de Administração do Banco Santander Totta, Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Brisa, Auto- Estradas de Portugal, S.A. e da EDP Energias de Portugal, Presidente do Conselho Fiscal da Siemens Portugal, e da Tabaqueira Indústria, Presidente não Executivo da Áreas (Portugal. Presidente do Instituto Jacques Delors - Paris (2011/2016). Sócio da Cuatrecasas, Gonçalves Pereira a partir de Dezembro de 2005. Foi eleito Membro do Conselho Geral e de Supervisão em 21 de Abril de 2015.

Rui Medeiros

Sócio

rm@servulo.com

Assistente Pessoal: Helena Mendes Silva

(+351) 210 933 000

hms@servulo.com

<https://www.servulo.com>



PERFIL

Na **SÉRVULO** desde 1999, é sócio no departamento de Público. Professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, onde concluiu as provas de agregação em julho de 2016, o doutoramento em 1999 e o mestrado em 1991. Diretor da Faculdade de Direito da Católica entre 2002 e 2005 e, atualmente, Diretor do Católica Research Centre for the Future of Law. Membro do Grupo Europeu de Direito Público. Foi Ministro da Modernização Administrativa do XX Governo Constitucional, tendo tomado posse no dia 30 de outubro de 2015 e tendo o Governo visto o seu programa rejeitado na Assembleia da República no dia 10 de novembro do mesmo ano. Foi Presidente da Comissão de Monitorização da Reforma do Arrendamento Urbano, em 2013, e do Grupo de Trabalho que elaborou o Código dos Contratos Públicos, em 2006. Foi ainda membro da Comissão da Ordem dos Advogados que procedeu à elaboração de um anteprojeto de nova lei sobre a responsabilidade civil do Estado, bem como da Comissão que preparou a Lei da Água. É orador convidado e autor de um largo número de livros e artigos sobre as suas áreas de especialidade. Inscrito na Ordem dos Advogados, desde 1990.

EXPERIÊNCIA RELEVANTE

Vasta experiência na prestação de serviços de assessoria jurídica em matérias de direito público e conexas, incluindo em processos de reestruturação de alguns setores de atividade. Atividade intensa no domínio da parcerística e da arbitragem.

ÁREAS DE PRÁTICA

- Público
- Arbitragem

RECONHECIMENTOS

Chambers Europe (2017)

Public Law - TIER 1

[He has] "excellent professional qualities and high knowledge in the area of public law.

Chambers Europe (2016)

Public Law - TIER 1

Rui Medeiros is known for his prowess in arbitration and highlighted by peers for his extensive experience.

Chambers Europe (2015)

Public Law - TIER 1

Rui Medeiros is "an expert in public law dedicated to finding solutions that best serve his clients," according to a source. He is furthermore described as "one of the best and brightest lawyers in the country."

Chambers Europe (2014)

Public Law - TIER 1

[He is] one of the best public law lawyers in Portugal; he is vastly knowledgeable and solution-oriented.

Legal 500 (2017)

Energy and Natural Resources - TIER Recommended

Public Law - TIER Leading Lawyer

[He is] incredibly knowledgeable

Legal 500 (2016)

Public Law - TIER Leading Lawyer



Energy and Natural Resources - TIER Recommended

Legal 500 (2015)

Energy and Environment - TIER Recommended

Public Law - TIER Leading Lawyer

Rui Medeiros is arguably one of Portugal's finest public law experts.

Legal 500 (2014)

Dispute Resolution - TIER Recommended

Energy and Environment - TIER Recommended

EU and Competition - TIER Recommended

Public Law - TIER Leading Individual

Rui Medeiros is arguably 'the leading Portuguese expert in public purchase processes and constitutional law'.

Best Lawyers (2018)

Public Law - TIER Recommended

Administrative Law - TIER Recommended

Arbitration and Mediation - TIER Recommended

Best Lawyers (2017)

Administrative Law - TIER Recommended

Arbitration and Mediation - TIER Recommended

Public Law - TIER Lawyer of the Year

Best Lawyers (2016)

Administrative Law - TIER Recommended

Arbitration and Mediation - TIER Recommended

Public Law - TIER Recommended

Best Lawyers (2015)

Arbitration and Mediation - TIER Recommended

Public Law - TIER Recommended

Best Lawyers (2014)

Arbitration and Mediation - TIER Recommended

Public Law - TIER Lawyer of the Year

LIVROS E ARTIGOS CIENTÍFICOS

2016

Direito Constitucional - ensinar e investigar

2016 | Lisboa: Universidade Católica Editora

O Direito Fundamental à Retribuição

2016 | Lisboa: Universidade Católica Editora

Tribunal Unificado de Patentes e Constituição

2016 | in Estudos em Homenagem ao Conselheiro Presidente Rui Moura Ramos, Vol. II, Coimbra: Edições Almedina

2015

Responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas

2015 | in Enciclopédia da Constituição Portuguesa, Lisboa: Quid Juris - Sociedade Editora Lda.

A Constituição Portuguesa num Contexto Global

2015 | Universidade Católica Editora

Arbitragem Necessária e Constituição

2015 | in Estudos em Memória do Conselheiro Artur Maurício, Coimbra Editora, pp. 1301-1330

Segurança no emprego de trabalhadores em funções públicas

2015 | in Estudos Dedicados ao Professor Doutor Bernardo da Gama Lobo Xavier, Volume III, Universidade Católica Editora

O direito disciplinar intra-parlamentar regimental

2015 | in Estudos em Homenagem a Rui Machete, Coimbra: Almedina

2014

O novo mapa judiciário perante o estatuto constitucional do Ministério Público

2014 | Coimbra Editora, 2.ª Edição

A Jurisprudência Constitucional Portuguesa sobre a Crise: Entre a Ilusão de um Problema Conjuntural e a Tentação de um Novo Dirigismo Constitucional

2014 | O Tribunal Constitucional e a Crise - Ensaios Críticos, Coimbra: Almedina

The new directive 2014/24/EU on Public Procurement: A First Overview

2014 | The new directive 2014/24/EU on Public Procurement, The new Directive 2014/24/EU on Public Procurement (eds. Luís Valadares Tavares/ Rui Medeiros/ David Coelho), Lisboa

Internacionalismo defensivo e compromisso europeu na Constituição Portuguesa

2014 | in Estudos em Homenagem a Miguel Galvão Teles, I, Coimbra: Almedina, pp. 649-667

Contratação coletiva e universidades públicas

2014 | in Estudos Dedicados ao Professor Doutor Nuno José Espinosa Gomes da Silva, Volume II, Universidade Católica Editora

2013

Raízes e contexto da distinção binária entre sistemas multimunicipais e sistemas municipais no setor da água e perspectivas de futuro

30 Abr 2013 | in Série de Cursos Técnicos 3 - Direito da Água, ICJP, pp. 67-87

2011

Constitucionalismo de Matriz Lusófona

02 Mai 2011 | Verbo

A protecção processual do adjudicatário em face de uma recusa de visto no âmbito da fiscalização prévia de contratos pelo Tribunal de Contas

2011 | in Revista de Contratos Públicos", n.º 1 (Janeiro-Abril 2011), pp. 31-84

A tentativa fracassada de alargamento da competência legislativa regional na revisão de 2004 e a próxima revisão constitucional

2011 | in Açores: uma reflexão jurídica, Coimbra Editora/ Sérvulo, pp. 21-32

Uma revisão não consumada: a revisão constitucional de 2004 e a tentativa fracassada de alargamento da competência legislativa regional

2011 | in Direito e Justiça - Estudos dedicados ao Professor Doutor Luís Alberto Carvalho Fernandes, III, Lisboa: UCE, 2011 (em coautoria com Armando Rocha), pp. 285-336

2010

Direito da Concorrência e Ordens Profissionais

2010 | Coimbra Editora/ Sérvulo

O controlo de custos nas empreitadas de obras públicas através do novo regime de trabalhos de suprimento de erros e omissões e de trabalhos a mais

2010 | in Estudos de Contratação Pública - II, Coimbra Editora

Direitos, deveres, liberdades e garantias e direitos sociais: entre a unidade e a diversidade
2010 | in Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia, Volume I, Coimbra Editora, pp. 657-683

2008

Âmbito do novo regime da contratação pública à luz do princípio da concorrência

2008 | in Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 69, Braga: Cejur, pp. 3-29

Constitution et famille(s) - Portugal

2008 | in Annuaire International de Justice Constitutionnelle XXIV, 2008 (extraits), Presses Universitaires D'Aix-Marseille, pp. 285 - 321 (texto que reproduz, com algumas atualizações e anotações aos artigos 36.º e 67.º d

2006

Constituição Portuguesa Anotada - Tomo II - Organização Económica, Organização do Poder Político

2006 | Coimbra Editora (em coautoria com Jorge Miranda)

2005

Constituição Portuguesa Anotada - Tomo I - Introdução Geral

2005 | Coimbra Editora (em coautoria com Jorge Miranda)

Responsabilidade Civil dos Poderes Públicos

2005 | Universidade Católica Editora

2004

A contratação pública nos sectores com regime especial - água, energia, transportes e telecomunicações

2004 | La contractación pública en el horizonte de la integración europea - V Congreso Luso-Hispano de profesores de Derecho Administrativo, INAP, pp. 137-182

A força expansiva do conceito de norma fiscalizável no sistema português de fiscalização concentrada da constitucionalidade

2004 | Estudos em Homenagem ao Prof Doutor Armando M. Marques Guedes, Edição da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra Editora

2003

Apreciação geral dos projectos - V Seminário de Justiça Administrativa - Responsabilidade Civil do Estado

2003 | Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 40, V Seminário de Justiça Administrativa, Braga: Cejur, pp. 8-17

2002

Estudos de Direito Processual Administrativo

2002 | Lex

O Estado de Direitos Fundamentais portugueses: alcance, limites e desafios

2002 | Anuário Português de Direito Constitucional vol. II, Coimbra Editora

Restrições aos poderes do Governo em matéria de reconhecimento e de alteração dos estatutos das fundações de direito privado

2002 | Revista da Ordem dos Advogados, Lisboa, Edição de Abril de 2012, Ano 62, pp. 347-382

2001

A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem e o Estado Português

2001 | in Nos 25 anos da Constituição da República Portuguesa de 1976 - Evolução Constitucional e Perspectivas Futuras, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, pp. 227-294

Obras Públicas - Do pagamento do Prémio pela Conclusão Antecipada da Empreitada (em coautoria com Diogo Freitas do Amaral)

2001 | Lisboa: Azeredo Perdigão & Pereira de Almeida, pp. 49-99

2000

Towards a Unified Judicial Protection of Citizens in Europe (?) | Vers une protection juridictionnelle commune des citoyens en Europe (?) - Portugal

2000 | in European Public Law Series | Bibliothèque de Droit Public Européen, Volume XIII, London: Esperia Publications Ltd, pp. 527 - 646

Responsabilidade civil do Estado por omissão de medidas legislativas - o Caso Aquaparque

2000 | Revista de Direito e Estudos Sociais, VERBO Agosto-Dezembro - 2000 - ANO XLI (XVI da 2.ª Série) - N.ºs 3 e 4 (em coautoria com Diogo Freitas do Amaral)

1999

A Decisão de Inconstitucionalidade - Os autores, o conteúdo e os efeitos da Decisão de Inconstitucionalidade da Lei

1999 | Universidade Católica Editora

Ações de Responsabilidade - elementos do regime jurídico e contribuições para uma reforma

1999 | Cascais: Principia

1997

Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores anotado
1997 | Cascais: Principia (em coautoria com Jorge Pereira da Silva)

1993

O Ambiente na Constituição

1993 | in Revista de Direito e de Estudos Sociais, LEX Edições Jurídicas, Janeiro-Dezembro, Anno XXXV (VIII da 2.ª Série) - N.ºs 1-2-3-4

1992

Ensaio sobre a responsabilidade civil do Estado por actos legislativos

1992 | Coimbra: Livraria Almedina

1990

Relações entre normas constantes de convenções internacionais e normas legislativas na
Constituição de 1976

1990 | in O Direito, Ano 122.º, II (Abril-Junho), pp. 355-380